Revista Militar, II Século, ano 23, nº 11-12, novembro-dezembro/1971, pp. 730-739

RECONQUISTA CRISTÃ DA PENINSULA IBERICA

9 — SILVES

(MARÇO DE 1249)

Pelo Brigadeiro J. A. DO AMARAL ESTEVES PEREIRA

Apesar de D. Sancho I (1185-1211) ainda ter conquistado aos Mouros alguns castelos como os de ALVOR e ALBUFEIRA e até SILVES (1189), o caso é que como se preocupou mais com o povoamento dos territórios conquistados e ainda devido à falta e cansaço das tropas de que dispunha, o certo é que, durante o seu reinado se perderam não só as terras que ele havia tomado mas aquelas, a Sul do TEJO, que tinha herdado de seu Pai. Assim: ALMADA, PALMELA, ALCACER DO SAL, BEJA, MOURA, SERPA e JEROMENHA, tomadas por D. Afonso Henriques desde 1147 a 1166, foram praticamente perdidas. Só se conservou EVORA tomada em 1165, e, mesmo assim, a muito custo.

Ele preocupou-se mais com o povoamento, para o que enviou convites a Países estrangeiros, e com a agricultura. É, até certo ponto, defensável esta sua atitude: «para que servia ir conquistando territórios, praças e castelos, para ficarem ermos e abandonados?». E foi com toda a gente que iam passando pelos nossos postos que ele conseguiu que iam passando pelos nossos portos que ele conseguiu ir povoando e agricultando a parte do país conquistada.

D. Afonso II (1211-1223), que ficou na história não só pelo epíteto de «O Gordo» mas por ter convocado as primeiras Cortes — as Cortes de COIMBRA — as mais antigas de que há notícia e em que o «terceiro estado» — o POVO — começou a ter voz, tratou a sério da defesa do País; começou por reorganizar as hostes não só reais, como dos municípios; enviou um troço a auxiliar seu sogro, Alfonso VIII de CASTELA, na luta contra os Sarracenos e que se portou valentemente na célebre batalha de NAVAS DE TOLOSA, já por nós tratada em artigo anterior e, auxiliado ainda pelos Cruzados, reconquistou ALCACER DO SAL, porta de entrada para toda e qualquer progressão para Sul. E estamos convencidos que, se não fossem as desavenças com os irmãos, por questões de heranças, D. Afonso II teria tentado pelo menos recuperar a parte de território perdida por seu Pai.

Viria seu filho Sancho II (1223-1248) a efectuar um plano bem gizado de reconquista. Seguindo uma ordem lógica e tendo reorganizado as suas hostes, conseguiu apoderar-se novamente de ELVAS, JEROMENHA, em 1229; MOURA e SERPA, em 1231; ALJUSTREL, em 1233; MERTOLA, CACELA, TAVIRA e outras povoações menores algarvias (1237). E seguiria, e talvez tivesse a glória que o irmão depois teve, se no seu reinado, as discórdias com suas irmãs, e pior do que isso, certos abusos e violências praticados por uma parte da nobreza contra o Clero e o povo, não lançassem o País, numa quasi guerra civil. D. Sancho era muito enérgico e valente nas conquistas e no comando das hostes, mas foi um fraco, um indeciso, um incapaz verdadeiramente, para meter na ordem certa fidalguia, que abusou e sobretudo que feriu prerrogativas e certos direitos do Clero. Este principalmente ferido, queixou-se para Roma; as coisas azedaram-se a ponto que o Papa Inocencio IV chegou ao extremo de depôr D. Sancho e substitui-lo pelo irmão D. Afonso, rapaz culto que tinha vivido, algum tempo, na corte de Luís IX de FRANÇA e que havia de casar depois com a Condessa de BOLO-

NHA, donde lhe veio o epíteto de «O Bolonhez». Mas o Papa nomeou-o apenas Defensor e Procurador do Reino, por bula de Julho de 1245, enquanto seu irmão deposto fosse vivo. Este ainda tentou com os seus amigos e sequazes reagir, mas nada conseguiu; resolveu homiziar-se em TOLEDO, onde faleceu em 1248 e ali jaz sepultado.

Houve dos seus partidários alguns actos de extrema obediencia e leadade: lembra-nos o episódio de Martins de Freitas, alcaide de COIMBRA, que foi a TOLEDO, certificar-se da morte do seu Senhor, depoz-lhe as chaves da cidade na mão e *só depois* é que as entregou ao novo monarca, já então aclamado Rei, à data da morte do irmão (1248).

D. Afonso III (1248-1279) era homem culto, habituado à brilhante corte de FRANÇA, com bastos conhecimentos e já, antes sequer de pensar subir ao trono, tinha os seus projectos de organização e de conquista.

Assim organizou o exército (o conjunto das hostes dos fidalgos, das ordens militares e as milicias municipais) deu-lhe uma feição nova, bebida nos conhecimentos que, lá fora, adquirira e, procedendo com método, foi conquistando todas as terras perdidas e na posse dos Mouros e que ainda restavam, até atingir o litoral algarvio, limite final do que ele podia ambicionar para o seu Reino.

Assim tomou: FARO (1249), ALBUFEIRA, PORCHES e por fim a praça derradeira para completar a obra, SILVES (1249), de que tratamos neste breve e modestíssimo trabalho.

Ainda para consolidar o seu prestígio, reuniu as Cortes de LEIRIA (1254) em que os procuradores do Povo, ou dos Concelhos, tiveram voz activa nos negocios do estado.

Como organizador, administrador, sem descurar a espada, tambem deu um grande avanço à agricultura e o que é mais: educou primorosamente seu filho, D. Diniz, para o que até mandou vir de FRANÇA e de outras terras os melhores professores para o prepararem a ser um bom Rei, que foi!...

*

* *

É tempo de nos dedicarmos ao nosso estudo do «final da reconquista», isto é: SILVES.

Já dissemos que foi um bom organizador e não podia deixar de tentar a pacificação e, ao mesmo tempo, a disciplina da família portuguesa, concretizada naqueles tempos pelos três Estados: *Clero, Nobreza e Povo,* bem agitada e desavinda desde o reinado anterior, que até causara a deposição de seu irmão.

Feita enfim a pacificação, em virtude das lutas do reinado anterior e revalidado o foral de LISBOA em novos moldes, o «Bolonhez», como ainda a História o trata, decide instalar definitivamente a capital do Reino na cidade do TEJO (LISBOA), pois, ainda há pouco, ele a considerava em GUIMARÃES ou COIMBRA, conforme as necessidades de estadia para acudir aos negócios públicos.

Sabe-se que em Fevereiro de 1249, D. Afonso III andava pela ESTREMADURA, possìvelmente a juntar tropas, quer régias, quer dos fidalgos, quer municipais, recentemente organizadas e que eram genèricamente designadas por *cavaleiros, cavaleiros vilões* e *peões dos concelhos,* na intenção, certamente, de começar a preparação para a expedição ao ALGARVE, a campanha derradeira, que era a sua obcessão, mesmo antes de cingir a corôa do Irmão.

Com base nessa nova organização, tinha então, à sua disposição, os *Cavaleiros de Sant'Iago* e os *de Calatrava* (nessa altura já se denominavam *de Aviz*), que se tinham distinguido no reinado de D. Sancho II, como defensores e fronteiros do Reino, com bastante prática, bons conhecedores do terreno, etc.

É preciso não perdermos de vista que D. Afonso III, além de valente pessoalmente, era, como dissemos atrás, altamente instruído, conhecedor dos usos e tácticas de guerra daquele tempo, pela sua permanencia na corte de

Luís IX de FRANÇA, corte brilhante e culta, e, além disso, possuía, para a época, um alto grau de organizador e administrador da coisa pública e uma habilidade, que havia, 2 séculos mais tarde, de notabilizar um florentino Machiavelli e havia de tornar essa qualidade de subtileza e de habilidade, num qualificativo de rara qualidade de governante e que ainda hoje se emprega...

Mas muitos fidalgos de boa estirpe e de reconhecido valor militar, estavam homiziados em LEÃO e CASTELA, em virtude das lutas internas do reinado anterior e alguns tinham-se ido oferecer a Fernando III-o-Santo e andavam lá pelas guerras de ANDALUZ, combatendo os Mouros, sob a bandeira do Rei Castelhano. E isto causava um grande desfalque nas forças do Rei, mas era difícil fazer cessar velhos ressentimentos. D. Afonso III guardou para mais tarde o processo da reconciliação.

Lembremo-nos agora que Fernando-o-Santo andava, nesa altura, empenhado numa campanha de grande envergadura e eficácia e que pode ser considerada, como já anteriormente noutro artigo acentuámos, uma das mais efica-zes para a reconquista cristã da PENINSULA e que con-tribuiu ainda para êxitos futuros. CORDOBA estava já em poder de FERNANDO III desde 1236 e a antiga capital do Reino Muçulmano era, agora, o grande arsenal e ponto de partida das operações dos castelhanos para Sul, visto ainda haver um Reino Muçulmano poderoso — o de GRA-NADA.

Nessas lutas, se distinguiu um cavaleiro Português, de grande renome — Paio Peres Correia — que haveria de ser o «Mestre de Sant'Iago». Em 1245, o Rei sitiava GRA-NADA e, já num artigo anterior, vimos que foi debalde, pois só se veio a realizar a sua tomada por outro Fernando (o de ARAGÃO), por epíteto o Católico, e em 1492, só 247 anos após!...

Mas estas operações na ANDALUCIA auxiliavam estra-tegicamente os intentos do nosso «Bolonhez» e esta a razão porque fizemos este pequeno rodeio pelas acções militares

do País vizinho, pois que, ao passo que o Castelhano Afonso de Molina, ajudado por Paio Peres batia a região de ALJARAFE, a região de XEREZ (ou JEREZ) era atacada e assolada pelo príncipe Henrique (filho de Fernando III) e pelo Mestre de Calatrava, aliados com o Rei de GRANADA, para se vingar de outros Chefes Mouros rivais. E tudo isto ia favorecendo o nosso monarca pela afluencia ao ANDALUZ de disponibilidades mouras existentes no ALGARB.

Também em 1247, o príncipe Alfonso viera a PORTUGAL ajudar D. Sancho II nas suas lutas contra os «infieis»; os Castelhanos puseram cêrco a SEVILLA e uma frota de galés do Norte do nosso País ajudou, tendo destroçado uma frota muçulmana. Como se vê, isso era usual e vulgar; quando não estivemos em guerra nós e os Castelhanos, ajudámo-nos o mais irmãmente possível...

Pode-se então dizer que, após a conquista de SEVILLA (1248) e da morte da mulher de Fernando-o-Santo, as expedições no Sul, da parte que é hoje ESPANHA, sucederam-se quasi a seguir, contra os baluartes ainda existentes dos Muçulmanos: XEREZ (JEREZ), LEBRIXA, ARCOS, ROTA, SANLUCAR del ALPECHIN, St.ª M.ª del PUERTO e outros.

Tudo andava a ferro e fogo no Sul da PENINSULA e PORTUGAL precisava de aproveitar a ocasião para acompanhar o movimento ofensivo, também para Sul e sistemáticamente ir tomando as praças Mouras do Sul do território e isto por duas razões: primeiro, por apanhar algumas menos prevenidas e guarnecidas e, segundo, porque, de outro modo, perderia o direito de posse aos territórios aquém GUADIANA e mesmo para S. do TEJO, que, a bem dizer, era a *fronteira política estavel do nascente estado Lusitano*. Era absolutamente necessário iniciar, da parte de cá, a ofensiva e que acompanhasse o avanço, do lado de lá, para haver uma coordenação de esforços e para o adversário não poder operar *por linhas interiores*, tentando bater-nos a nós separadamente.

E foi isto que o astuto e inteligente D. Afonso III compreendeu e gizou, sem demoras, o seu plano de campanha, que havia de ser, com os Sarracenos, a última em território de PORTUGAL CONTINENTAL, o PORTUGAL LUSITANO nascente de então.

Segundo os dados do Doutor Damião Peres, que seguimos, historiador actual a quem rendemos a nossa homenagem e que nos merece o maior crédito, o início da campanha deve-se ter dado por alturas de Março de 1249. E isto condiz com a grande ofensiva do Rei Fernando-o-Santo.

Acompanhavam o «Bolonhez», nos comandos das hostes, dois vultos importantes, que já se tinham notabilizado em SEVILLA, o Infante D. Pedro e Gonçalo Peres, companheiro de Paio Peres, além da «Ordem de Calatrava», que é como quem diz os «Freires de Aviz», com o seu Mestre à frente e muitos fidalgos ilustres, que seria ocioso aqui citar. Além dos Comandos dos fidalgos, que constituiam como que o Comando e o Estado Maior de então, compunham o exército os homens de armas do Rei e as tropas dos Concelhos. Herculano nota que não restou notícia de que tivessem tomado parte no exército, os barões e os prelados do Reino, decerto ainda desavindos com o «Bolonhez» por causa das lutas anteriores, que determinaram o afastamento de D. Sancho.

Parece — diz o Prof. Ângelo Ribeiro, na «História de PORTUGAL» (Ed. Monumental) — que a acção da hoste portuguesa foi fulminante, não só em energia, como em rapidez e que apanhou os Mouros, a maior parte desprevenidos. E assim, mesmo dentro de Março de 49, caía FARO [1], e a seguir, sem dar descanso ao adversário, tomou-se ALBUFEIRA, PORCHES e outras povoações mais pequenas, parecendo que a última tomada, SILVES, o foi no estio desse mesmo ano.

---

[1] Do nome de um alcaide mouro Ibne Harume ou Farum.

Brandão dá a conquista desta cidade em 1242 e a Paio Peres Correia, o que os documentos coevos não confirmam, e não se encontra justificação plausível, pois ainda nessa altura não tinha andado por CASTELA, ajudando Ordoño Alvarez e Álvaro Peres de Castro, e sabe-se que ele só verdadeiramente actuou em PORTUGAL depois de ter batalhado em CASTELA nas lutas de Fernando-o-Santo. O natural é, na história dos detalhes destes recuados tempos, em que as crónicas escasseiam, ou são, por vezes, muito omissas, termos de ir muitas vezes pelo fio da lógica e da verosimilhança, quando faltem documentos autenticos.

O natural, diremos, é que a tomada definitiva de SILVES se deve incluir no grupo de conquistas a partir da zona de TAVIRA, ocupada já desde os tempos de D. Sancho II e que é lógico supor-se resultado de um movimento ofensivo, dirigido de leste para oeste. Seria assim? Então, a seguir à tomada de FARO (Março de 1249), a empresa teria sido entregue aos Freires de AVIZ e de SANT'IAGO e não interviria nela o Rei, porque, a 31 de Maio (antes portanto *do Verão,* como diz Angelo Ribeiro), ele estava no CRATO e em AGOSTO já se encontrava na antiga Capital (COIMBRA) e só voltou ao ALGARVE na primavera seguinte (1250). Quando passou por FARO (Fevereiro ou Março, de 1250), D. Afonso III fez repartições e doações de praças conquistadas, pelas ordens religiosas e pelos seus caudilhos, que o tinham bem ajudado. Portanto, nessa altura, já todo o ALGARVE era nosso e a data de Março de 1249 deve ser a que tem maiores probabilidades de ser verdadeira, e não 1242.

E o que agora referimos sobre as datas de estadia do Bolonhez no ALGARVE, sabe-se bem porque as doações de PORCHES a Estevam Anes e de ALBUFEIRA à Ordem de Aviz foram nos meses atrás citados: Fevereiro e Março de 1250. Os «*Espatários*» (Ordem de Sant'Iago) também receberam pingues recompensas.

PORTUGAL foi assim fulminantemente conquistado até ao seu limite Sul, mas a par da mestria e da boa e inte-

ligente conduta das operações, temos de reconhecer que estas foram muito favorecidas devido ao rápido avanço e ao êxito das operações de Fernando-o-Santo, no Sul da PENINSULA, o que, distraindo forças do adversário para esse lado, permitiu, com relativa facilidade, conquistar-se do lado de cá, toda a orla marítima meridional do País e chegar-se ao GUADIANA, que ficou logo considerado, por comum consenso, fronteira dos dois Países e até uma porção de território além rio, que, anteriormente, englobava não só a foz do rio como AYAMONTE, no tempo de D. Sancho II, e outras terras ainda. A Foz do GUADIANA e parte inferior do seu curso ficaram então como fronteira, como ainda hoje são.

D. Fernando III tinha confirmado certas doações de Sancho II a Paio Peres Correia e em face da rivalidade entre este mestre dos Espatários Castelhanos e o mestre da mesma Ordem Portuguesa, Gonçalo Peres, em MERTOLA e que se tinha conservado mais fiel ao Bolonhez, que o mestre Castelhano, deu como resultado ficar a fronteira futura *apenas* no GUADIANA. Houve ainda algumas questões entre os primos Fernando III e Afonso III, pois o Rei Santo queria dar certos direitos a seus apaniguados, e o Bolonhez têve receio de que se repetisse a cobiça dos anteriores Reis e chefes Castelhanos e tendo dirigido enérgicas reclamações e bem fundamentadas a seu primo, este acabou por lhe dar inteira razão e proibiu o filho, que havia de ser Alfonso X-el-Sábio, de se intrometer nos negócios lusitanos.

Mais tarde havia de se ver que o futuro Alfonso X seguiria as pisadas dos cobiçosos anteriores e a guerra havia de estalar novamente entre ele e o monarca português de então — D. Diniz. Parece, apesar de falta de detalhes, que a luta se localizou na região de RIBA CÔA, e nada mais...

Mas este assunto já transcende o que nos propusemos tratar e tão sucintamente, porque não encontrámos os detalhes da tomada de SILVES, o que seria interessante, pois

era o nosso principal objectivo. Efectivamente, não conseguimos detalhes sobre o cerco e tomada da cidade e que tinha a importância, até mais estratégica que simplesmente táctica, porque pôs *ponto final*, numa reconquista cristã do prolongamento do Condado Portucalense e se pode pôr a par da tomada de GRANADA, tambem *ponto final* da reconquista cristã na ESPANHA, mas apenas 243 anos depois de cá a termos terminado...

*

* *

Como comentário de indole estratégica apenas pômos em relevo a inteligência, bom senso e habilidade do nosso D. Afonso III em *saber coordenar, no tempo e no espaço, as duas ofensivas dos dois monarcas peninsulares*. As dificuldades de os Mouros mandarem vir reforços do Norte de Africa, mesmo a dificuldade de transportarem tropas de um teatro para o outro (ANDALUCIA e ALGARVE), a escassez de comunicações e, até, as lutas latentes entre as tribos ALMÓADAS e ALMORÁVIDES, as rivalidades entre os chefes, mas, acima de tudo, a obediencia ao *princípio de coordenação de esforços*, e esse o principal, tudo isso conduziu ao êxito duplo, que, afinal, se resumiu no êxito final de uma campanha, que durou perto de 8 séculos e que libertou a PENINSULA da dominação Sarracena.

(JULHO-AGOSTO DE 1970)